

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	xv
APRESENTAÇÃO	xix
PREFÁCIO	xxiii
1 INTRODUÇÃO	1
2 NOÇÕES HISTÓRICAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	7
2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CENÁRIO MUNDIAL	8
2.2 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	18
3 O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO	35
3.1 ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	35
3.1.1 Atuação na área processual criminal	36
3.1.2 Atuação na área processual coletiva	40
3.1.3 Atuação na área processual civil	43

3.2 NOVO PERFIL CONSTITUCIONAL.....	54
3.2.1 Natureza institucional	60
3.2.2 Ministério Público como instituição permanente	62
3.2.3 Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado.....	64
3.2.4 Ministério Público como defensor da ordem jurídica.....	67
3.2.5 Ministério Público como defensor do regime democrático	70
3.2.6 Ministério Público como defensor dos interesses sociais	77
3.2.7 Ministério Público como defensor dos interesses individuais indisponíveis.....	84
3.3 OS DOIS MODELOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	88
3.4 MINISTÉRIO PÚBLICO NA LEGISLAÇÃO POSTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998.....	91

4 A RECEPÇÃO DA ATIVIDADE INTERVENTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	95
4.1 NOÇÕES PROCESSUAIS SOBRE JURISDIÇÃO, AÇÃO, PROCESSO E SUA RELAÇÃO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO	99
4.2 O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO AGENTE	111
4.3 O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO INTERVENIENTE	121
4.3.1 Órgão interveniente assistencial	128
4.3.2 Órgão interveniente especial (puro fiscal da lei).....	139
4.3.3 Órgão interveniente com base no interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte ...	145

4.3.3.1	<i>Generalidades do conceito de interesse público</i>	145
4.3.3.2	<i>Interesse público evidenciado pela natureza da lide.....</i>	153
4.3.3.3	<i>Interesse público evidenciado pela qualidade da parte.....</i>	157
4.3.4	Releitura do art. 1.105 do Código de Processo Civil.....	161
4.3.5	Ministério Público e o mandado de segurança	167
4.3.6	Ministério Público e outras hipóteses interventivas.....	179
5	ESTUDOS INSTITUCIONAIS PELA ADEQUAÇÃO DA INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO AO NOVO MODELO CONSTITUCIONAL.....	183
5.1	ESTUDOS INSTITUCIONAIS DE ÂMBITO NACIONAL.....	186
5.1.1	Estudo do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União.....	187
5.1.2	Estudo do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público	191
5.2	ESTUDOS INSTITUCIONAIS DE ÂMBITO ESTADUAL.....	194
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
	REFERÊNCIAS	209